

PROTESTANTISMO E POLÍTICA NA ESCÓCIA DE MARIA STUART (1542-1567)

Flávio Lemos Alencar - Instituto Aquinate

Abstract: The paper discusses the process of Protestant political and religious rise in Scotland during the reign of Mary Stuart, culminating with the exile of the Catholic Queen of Scots in England as a prisoner of Elizabeth I. Despite the resistance of Scottish Catholic leaders, Protestantism, led by John Knox and the Lords of the Congregation, was able to impose itself as the official religion, thus intensifying the persecution against Scottish Catholics.

Keywords: Protestantism. Scottish politics. Mary Queen of Scots.

Resumo: O artigo discute o processo de ascensão política e religiosa do protestantismo na Escócia durante os anos do reinado de Maria Stuart, que culminaram com seu exílio na Inglaterra, como prisioneira de Elizabeth I. Apesar da resistência de líderes católicos escoceses, o protestantismo, liderado por John Knox e pelos Lordes da Congregação, logrou impor-se como religião oficial, intensificando assim a perseguição contra os católicos escoceses.

Palavras-chave: Protestantismo. Política escocesa. Maria Stuart.

Jaime V¹, da dinastia Stuart, filho de Jaime IV² e Margarida Tudor³, neto de Henrique VII – rei da Inglaterra – por parte de mãe, reinou sobre a Escócia entre 1513 – ou seja, desde seu segundo ano de vida – até 1542, ano de sua morte. Durante seu reinado, a rivalidade entre os reinos da França e da Inglaterra, projetada na busca por predomínio sobre o reino da Escócia, conheceu momentos marcantes. Se, por um lado, o fortalecimento do poder real na Inglaterra levava o seu tio Henrique VIII a exercer maior pressão sobre a política interna do reino vizinho, por outro lado Jaime V optou pela amizade da França, mantendo a *Aulde Alliance*, a velha aliança que ligava Escócia à França contra a Inglaterra. Curioso é que Jaime IV, ao mesmo tempo em que se apegava à França – numa política continuada por seu filho e sucessor, Jaime V –, aceitara casar-se com a filha de Henrique VII, que – como Henrique VIII, filho e sucessor seu – não escondia suas pretensões de unir as coroas que dividiam a ilha da Grã-Bretanha em dois reinos. Se, em 1707, foi possível criar o Reino Unido da Grã-Bretanha, união política dos reinos da

¹ Jaime V (1512-1542) foi rei dos escoceses a partir de 1513. Foi regente sua mãe viúva, até casar-se novamente em 1514, quando passou a exercer a regência John Stewart (1481?-1536), II duque de Albany, até 1524, quando Archibald Douglas (1489-1557), VI conde de Angus, padrao do rei, expulsou o duque de Albany e tomou o poder. Em 1528, a mãe do rei resgatou-o de seu confinamento no castelo de Edimburgo e esse passou a reinar de fato.

² Jaime IV (1473-1513) foi rei dos escoceses a partir de 1488, filho de Jaime III (1451-1488) e Margarida da Dinamarca (1456-1485).

³ Margarida Tudor (1489-1541) era irmã de Henrique VIII da Inglaterra. Casou-se duas vezes mais, depois de viúva pela primeira vez.

Inglaterra e da Escócia, isso se explica principalmente pela união pessoal que, desde 1603, havia entre essas coroas, herdadas por Jaime VI e I, herança a qual não teria esteio sólido se não tivesse Jaime IV, bisavô de Jaime VI da Escócia, casado com a filha de Henrique VII.

Com certeza, a opção de Jaime V pela França, além da maior segurança da independência nacional – uma vez que a França estava a tal distância que, servindo como alerta contra as pretensões inglesas, não chegava ela mesma a representar o risco de uma dominação direta estrangeira –, estava orientada por considerações religiosas. De fato, Henrique VIII não logrou convencer seu sobrinho a acompanhá-lo na quebra da obediência ao Papa. Pelo contrário, Jaime V rejeitou quem o aconselhasse a separar a Igreja escocesa da comunhão com a Igreja universal, e chegou a mover perseguição contra pregação herética em seu reino.

A propaganda protestante em terras escocesas, que teria papel decisivo nos rumos da história política, cultural e social da Escócia, remonta à influência de John Wycliffe⁴, o qual, na Inglaterra de meados do século XIV, formulou várias opiniões teológicas que – por intermédio de Jan Hus⁵ –

⁴ John Wycliffe (c. 1320-1384) doutorou-se em teologia em 1372. Gozou de vários benefícios e prebendas eclesiásticas, mas parece que residiu em Oxford a maior parte do tempo. Em 1361, foi nomeado pároco de Fillingham em Lincolnshire, e, 1368, de Ludgershall em Buckinghamshire, e, finalmente, em 1374, de Lutterworth em Leicestershire, posição que ocupou até sua morte em 1384. Em 1374, foi um dos delegados à comissão que se celebrou em Bruges para considerar se o rei da Inglaterra estava cumprindo o Estatuto dos povos, lei inglesa de 1351 que tratava de conciliar os interesses do rei e do Papa nas nomeações para benefícios eclesiásticos. Nessa contenda, Wycliffe tomou partido do rei, e chegou a sustentar que o rei recebia seu poder real diretamente de Cristo. Pode-se dizer que sua asseveração da soberania real, seu sentido de nacionalidade e seu desacordo com a pretensão da Igreja a bens e rendas foram os princípios fixos – quiçá os únicos princípios fixos nos vários debates teológicos que manteve e nas diferentes posições que adotou – de toda sua vida e atuação pública e como teólogo. Cf. BARON, Ronald. “Wiclef, John”. *Gran Enciclopedia Rialp*. Madrid: Ediciones Rialp, 1991.

⁵ Jan Hus (c. 1370-1415) foi um teólogo tcheco, chefe dos hussitas, condenado por heresia, que, durante sua vida, foi tido por seguidor de John Wycliffe. Na época em que, já ordenado, ensinava na Universidade de Praga, o movimento reformista tcheco – reunido em torno de pregadores como Conrado de Waldhauser (?-1369) e Jan Milíč (?-1374) – havia ganhado prestígio na universidade, como consequência da recepção da filosofia e teologia de John Wycliffe, uma das consequências do ativo intercâmbio intelectual entre Inglaterra e Boêmia que resultou do matrimônio entre Ana, irmã do rei Venceslau, com Ricardo II da Inglaterra, no ano de 1382. A discussão sobre as doutrinas de Wycliffe, propaladas por Jan Hus, dividiu a universidade em dois campos, já que os tchecos aceitavam amplamente as teses de Wycliffe, enquanto que os mestres alemães as rechaçavam. Após 1412, numa disputa sobre as indulgências, Jan Hus perdeu o apoio da universidade. Hus compareceu ao Concílio de Constança (1414), durante o qual foi instado a retratar-se de trinta e nove afirmações retiradas de seus escritos. Recusando-se a fazê-lo por diversas vezes, foi desprovido de seus privilégios eclesiásticos, expulso da Igreja e entregue ao braço secular, e, por ordem de Segismundo, irmão do rei Venceslau, foi

seriam adotadas e divulgadas por Martinho Lutero, como a subordinação da Tradição e do Magistério eclesiástico às Escrituras – no que se refere ao conhecimento autêntico da Revelação – e a negação da estrutura visível e hierárquica da Igreja. John Wycliffe, embora não tenha fundado nenhum grupo, e não obstante muitas de suas teses serem condenadas pela autoridade eclesiástica, teve seguidores que espalharam suas doutrinas pela Inglaterra e pela Escócia, dando ocasião à formação de movimentos como o *lollardismo*⁶. Na Escócia, as controvérsias em torno das questões postas por esses grupos dissidentes, de tendências sobretudo luteranizantes em seu primeiro desenvolvimento, fermentaram querelas internas – e eventualmente externas – que tiveram seu auge no período entre os reinados de Jaime V e Jaime VI, quando os protestantes lograram controlar a coroa escocesa.

Em 1537, renovando a *Aulde Alliance* e dando cumprimento ao Tratado de Rouen de 1517, Jaime V foi à França para, na catedral de Notre-Dame de Paris, desposar a princesa Madalena de Valois⁷, filha de Francisco I⁸. A princesa, que padecia de tuberculose – e por isso havia sido negada sua mão ao rei escocês, o qual, não obstante, insistiu, preferindo Madalena a Maria de Bourbon⁹, filha do duque de Vendôme¹⁰ –, faleceu no mesmo ano do casamento. Viúvo, Jaime casou novamente com Maria de Guise¹¹, viúva de

queimado na fogueira em 1415. Cf. PRIEN, Hans Jurgen. “Huss y hussitas”. *Gran Enciclopedia Rialp*. Madrid: Ediciones Rialp, 1991.

⁶ “O movimento lolardo nasceu na Inglaterra, com a campanha de prédicas e escritos lançada por John Wyclif [...] e vários de seus discípulos, clérigos de Oxford, entre eles Aston, Repington e Hereford [...]. Sua mensagem parece ter encontrado boa recepção tanto na Escócia quanto na Inglaterra, de modo que em pouco tempo o movimento já atraía considerável apoio do mundo leigo. Quando o Parlamento inglês se reuniu em 1395, um grupo de lolardos conseguiu até mesmo apresentar um manifesto, à Câmara dos Comuns [...]. O clímax e a conclusão dessa fase popular do movimento data de 1414, quando da dramática porém fracassada tentativa de rebelião lolarda chefiada por sir John Oldcastle”. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. 6ª reedição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 316.

⁷ A rainha Madalena de Valois (1520-1537) foi o quinto rebento de Francisco I (1494-1547), rei da França, e Cláudia de Valois (1499-1524). Sua morte foi motivo do primeiro luto público havido no reino da Escócia.

⁸ Francisco I (1494-1547) foi rei da França a partir de 1515. Antes disso, usou os títulos de conde de Angoulême e duque de Valois, que indicam sua dinastia.

⁹ Maria de Bourbon (1515-1538) faleceu dois anos depois do fracasso da negociação de casamento com Jaime V.

¹⁰ Charles de Bourbon (1489-1537) era um *prince du sang* – isto é, um nobre que, não pertencendo à família nuclear do rei, descende legitimamente por varonia dos reis da França. Foi comandante militar e muito próximo a Francisco I. Um neto seu seria Henrique IV.

¹¹ Maria de Guise (1515-1560), rainha consorte da Escócia, foi a segunda esposa de Jaime V. Exerceu a regência do país entre 1554 e 1560, em nome de sua filha.

Luís de Orléans¹², duque de Longueville, e filha de Cláudio, duque de Guise¹³. Maria enviudara em 1537, como Jaime. Casaram-se no ano seguinte, e em seguida nasceram os príncipes Jaime – duque de Rothesay, nascido em 1540 e morto em 1541 –, Artur – duque de Albany, nascido e morto em 1541 – e Maria, nascida em 1542 no palácio de Linlithgow, poucos dias antes da morte de seu pai, ao qual sucedeu como rainha da Escócia, na qualidade de única filha legítima.

* * *

Coroada Maria rainha da Escócia em 1543¹⁴, com menos de um ano de idade, em 1548 foi prometida a Francisco¹⁵, delfim da França, filho do rei Henrique II¹⁶, e nesse mesmo ano embarcou para aquele país, onde a educaram seus tios, os duques de Guise. Em 1558, celebrou-se o casamento e Henrique II proclamou os jovens esposos rainha e rei da Inglaterra, uma vez que, em seu juízo, Maria Stuart era a legítima sucessora da rainha da Inglaterra, Maria Tudor, que acabava de falecer. Henrique II considerava bastarda Elizabeth Tudor, filha de Henrique VIII com Ana Bolena, e negava-lhe o direito de sucessão¹⁷, o qual recaía assim sobre sua nora, Maria Stuart, e seu

¹² O primeiro marido de Maria de Guise foi Luís II de Orléans (1510-1536), duque de Longueville, conde de Montgomery, conde de Tancarville, visconde de Abberville, par da França. Do casamento nasceu Francisco III de Orléans (1535-1551), que morreu aos dezesseis anos, sem descendência.

¹³ Cláudio de Lorena ou de Guise (1496-1560) exerceu funções militares e foi o fundador da casa de Guise. Teve os títulos de conde (1508), depois duque (1547), de Aumale e conde (1520), depois duque (1528), de Guise.

¹⁴ Para uma exposição dos episódios da vida de Maria Stuart desde seu nascimento até sua fuga para a Inglaterra, com detalhes de datas e outras informações, cf. FLEMING, David Hay. *Mary Queen of Scots: from her birth to her flight into England. A brief biography with critical notes, a few documents hitherto unpublished, and an itinerary.* London: Hodder and Stoughton, 1897. Para dados da vida de Maria Stuart, do nascimento à morte, cf. Elizabeth O'Neill, *Mary Queen of Scots.* London: T. C. & E. C. Jack, 1800; ABBOTT, Jacob. *History of Mary Queen of Scots.* New York: Harper & Brothers, 1876; BELL, Henry Glassford. *Life of Mary Queen of Scots.* New York: A. L. Fowle, 1900; CHALMERS, George. *The Life of Mary, Queen of Scots, drawn from the State papers.* London: John Murray, 1822; MIGNET, F. A. *The History of Mary, Queen of Scots.* Tradução para o inglês de Andrew R. Scoble. London: Richard Bentley & Son, 1887.

¹⁵ Francisco II (1544-1560) era o filho mais velho do rei Henrique II (1519-1559) e da rainha Catarina de Médici (1519-1589), neto portanto de Francisco I.

¹⁶ Henrique II (1519-1559) foi o quarto filho de Francisco I e Cláudia de França. Antes de ser coroado rei da França em 1547, governou a Bretanha como duque, mas sem coroação.

¹⁷ A postura de Henrique II da França não era isolada. Na Inglaterra, não era incomum a rejeição a considerar Elizabeth rainha legítima, sobretudo entre os católicos, pois poderia haver nisso aceitação do cisma. Como explica Quentin Skinner, a “chefia régia [sobre a Igreja inglesa] foi efetivamente pressuposta [...] no Ato de 1534 que confirmou Isabel, filha de Ana Bolena, como sucessora de seu pai no trono. Aceitar a validade dessa linha de sucessão significava reconhecer o divórcio que o novo arcebispo de Canterbury, Thomas

filho. O conflito entre Maria Stuart e Elizabeth Tudor, nascido da pretensão de Henrique II – mais tarde pessoalmente abraçada por Maria, que fez questão de usar as armas reais inglesas em seu brasão pessoal mesmo após a assinatura do tratado de Edimburgo de 1560, o qual ela nunca chegou a ratificar –, duraria toda a vida das duas, com o fim trágico da execução de Maria Stuart após anos de encarceramento na Inglaterra.

Em 1559, morto Henrique II, Maria Stuart foi corada rainha consorte da França, na catedral de Reims, junto a seu marido, Francisco II; porém, no ano seguinte, o rei falece aos dezesseis anos, devido a complicações de uma infecção no ouvido. A rainha viúva decide voltar à Escócia, onde sua mãe também havia falecido, no mesmo ano de 1560. Devido à lei sálica, que afastava as mulheres da sucessão ao trono francês, Maria Stuart não pôde herdar o trono de seu marido.

* * *

A instabilidade política e social da Escócia, durante o período em que Maria Stuart esteve na França, só fez agravar, encontrando a rainha, em seu retorno, uma situação tão grave que sua pouca idade – dezenove anos, quando chegou em Leith, em agosto de 1561 – e parca experiência não lhe permitiram exercer efetivamente o poder. A agitação presbiteriana – num momento em que as tendências calvinistas sobrepunham a influência luterana – e a divisão do país entre anglófilos e francófilos atingira toda a sociedade escocesa. Desde a morte da mãe da rainha, Maria de Guise, que exercia a função de regente, o Parlamento fora ocupado pelos lordes da Congregação¹⁸ e seus seguidores, que implantaram oficialmente o presbiterianismo como religião nacional da Escócia.

Quando Maria Stuart foi, ainda bebê, coroada, houve uma disputa entre dois pretendentes à regência: James Hamilton¹⁹, conde – ou *earl* – de Arran,

Cranmer, concedera ao rei no ano anterior. Mas reconhecer o divórcio era admitir (como sustentava o preâmbulo ao Ato de Sucessão) que as jurisdições pretendidas pelo ‘bispo de Roma’ eram ‘contrárias às grandes e invioláveis concessões de jurisdição outorgadas por Deus diretamente aos imperadores, reis e príncipes’ [...]. E concordar com a alegação de que *todas* essas jurisdições são ‘diretamente’ concedidas por Deus ao rei implicava negar os poderes independentes tradicionalmente pretendidos pelo papa e pela Igreja e, assim, rejeitar toda a concepção católica das relações adequadas entre *regnum* e *sacerdotium*. Portanto, a tese ideológica implícita no Ato de Sucessão representava uma ruptura com o passado”. Skinner, *As fundações...*, p. 368.

¹⁸ Os lordes da Congregação foram um grupo de nobres escoceses que firmaram uma aliança política e militar cujo objetivo era a implantação do protestantismo na Escócia. Opositores da regente Maria de Guise, procederam à ocupação militar de parte do território do reino, antes de sua conquista completa. Para tal, mantinham frequentes contatos e chegaram a fazer negociações com a Inglaterra pedindo auxílio militar e proteção.

¹⁹ James Hamilton (c. 1516-1575), II conde de Arran, bisneto de Jaime II da Escócia, foi regente do reino. Inicialmente comprometido com os lordes da Congregação e com o

herdeiro presuntivo de Maria, e o arcebispo de St. Andrews, David, cardeal Beaton²⁰, tendo prevalecido o pleito do conde de Arran, o qual ordenou que o cardeal fosse posto sob custódia de George Seton²¹, VI lorde Seton, o qual confinou o arcebispo no palácio de Dalkeith e, em seguida, no castelo de Blackness. Aproveitando o afastamento do cardeal, o partido anglófilo alcançou do regente o tratado de Greenwich, celebrado em 1543 entre representantes da Inglaterra e da Escócia, que, objetivando a união das coroas, estabelecia, entre outras medidas, o casamento de Maria Stuart com Eduardo²², filho do rei Henrique VIII, e que Maria deveria ser educada na Inglaterra até o momento de contrair matrimônio.

No mesmo ano de 1543, por outro lado, o cardeal Beaton recuperou sua liberdade e conseguiu que o Parlamento recusasse o Tratado de Greenwich. Ao mesmo tempo, o próprio regente decidiu abjurar o protestantismo que professava e declarar-se católico, inclusive deixando o partido anglófilo para apoiar politicamente o cardeal Beaton. À rejeição do casamento de Maria com Eduardo, Henrique VIII respondeu com invasões repetidas à Escócia, o que levou a França a enviar navios e tropas em auxílio ao reino aliado.

Em 1546, o cardeal Beaton foi assassinado, após ordenar a execução de George Wishart²³, pregador protestante. O cardeal Beaton foi um dos líderes da resistência à ascensão política do protestantismo no reino da Escócia; seu assassinato, assim, representou para os presbiterianos uma vitória expressiva. Em 1554, o conde de Arran deixou a regência, assumida por Maria de Guise. Em 1559, o conde aliou-se novamente aos lordes da Congregação, conspirando contra Maria de Guise, durante cuja regência o partido anglófilo, alimentado pelas intrigas nobiliárias e pelas dissensões religiosas, alcançou

protestantismo, em seguida favoreceu o casamento de Maria Stuart com um príncipe católico. Foi feito duque de Châtelleraut, na nobreza da França, mas teve seu título retirado mais tarde, quando voltou a aliar-se com os lordes da Congregação, para depor a regente Maria de Guise.

²⁰ David cardeal Beaton (c. 1494-1546) foi arcebispo de St. Andrews e o último cardeal escocês antes da protestantização da Escócia. Estudou nas universidades de St. Andrews e Glasgow, e também em Paris, onde estudou direito civil e canônico. Entre 1533 e 1542, foi diversas vezes embaixador na França. Por alguns meses em 1542, foi *keeper of the privy seal* da Escócia.

²¹ George Seton (?-1549), VI lorde Seton, foi um lorde com assento no parlamento da Escócia. Foi favorável ao casamento entre Maria Stuart e o príncipe Eduardo da Inglaterra. Consta que, carcereiro do cardeal Beaton, permitiu-lhe escapar.

²² Edward Tudor (1537-1553) seria, em 1547, coroado como Eduardo VI, rei da Inglaterra. Antes disso, foi duque da Cornualha.

²³ George Wishart (1513-1546) estudou durante um tempo na Universidade de Lovaina, na Bélgica. Como professor, depois de deixar algumas posições por acusações de heresia, esteve provavelmente na Alemanha e na Suíça, até instalar-se na Inglaterra em 1542. Em 1543, voltou para a Escócia, para tratar inclusive do matrimônio entre Maria Stuart e Eduardo Tudor. No ano seguinte, começou uma carreira de pregador itinerante, divulgando as ideias de Calvino e de Zwinglio e conhecendo muitos lugares da Escócia.

inaudita proeminência. O protestantismo, particularmente o calvinismo dos presbiterianos, se difundia com considerável eficácia; John Knox, principal pregador presbiteriano, havia voltado à Escócia em 1555, conseguindo grande quantidade de adeptos e, com o apoio dos lordes da Congregação, organizando o presbiterianismo escocês como uma religião militante.

O presbiterianismo caracteriza as confissões cristãs que, rejeitando a Igreja católica e a ordem episcopal, pretendem manter como forma de governo eclesiástico uma espécie de organização presbiteral, baseada em assembleias representativas. A origem deste tipo de arranjo está em João Calvino, que tinha como uma de suas preocupações estabelecer um governo eclesiástico para o protestantismo que substituísse eficazmente o sistema jurídico da Igreja católica. Para Calvino, a estrutura governativa da Igreja é de instituição divina, ao contrário da opinião luterana. Na concepção calvinista presbiteriana, não haveria na Igreja distinção entre sacerdotes ordenados e fiéis comuns; o que haveria é que alguns membros da congregação – similar à paróquia – seriam instituídos ministros, para presidir a congregação e administrar os sacramentos. A reunião dos representantes das congregações de determinado território conformariam o *presbitery*, que teria funções parecidas com a de um bispo. Acima da *session* e do *presbitery*, estava o *synod* e, em âmbito ainda mais amplo, a *general assembly*. O presbiterianismo rejeita tanto o governo dos bispos – mantido pelos anglicanos ou episcopalianos – quanto o governo independente de cada congregação – adotado pelos chamados congregacionalistas. Ao chegar à Escócia e à Inglaterra, pelo trabalho sobretudo de John Knox, o calvinismo tornou-se conhecido sob o nome de presbiterianismo – um nome que, mais que apontar à doutrina calvinista, referia-se à organização eclesial própria do calvinismo, praticada em Genebra sob o governo de Calvino.

* * *

John Knox, nascido na Escócia, no início do século XVI, recebeu a ordenação sacerdotal antes de 1540. Sabe-se que exerceu a magistério por alguns anos até 1547, e que nesse período abandonou a fé católica em troca das doutrinas protestantes de George Wishart – que havia conhecido o protestantismo na Alemanha –, de quem era o discípulo mais ardente. Após a condenação de Wishart, em 1546, ordenada pelo cardeal Beaton, na qualidade de lorde chanceler da Escócia, Knox aprovou enfaticamente a vingança perpetrada por alguns discípulos de Wishart que, como já foi mencionado, assassinaram o lorde chanceler. Em 1547, o grupo dos assassinos do cardeal e outros dissidentes, entre os quais Knox e seus discípulos, os quais haviam ocupado o castelo do cardeal Beaton, tiveram sua fortaleza invadida e foram presos pelos franceses, que vieram em auxílio do conde de Arran para manter a ordem.

Morto Henrique VIII na Inglaterra em 1547, foi coroado seu filho Eduardo VI no mesmo ano em que John Knox era preso. Depois de dezoito meses de pena nas galeras francesas e em Rouen, Knox preferiu estabelecer-se na Inglaterra à Escócia, durante um período em que o calvinismo difundia-se amplamente no reino dos Tudor. Licenciado para trabalhar no âmbito da Igreja oficial da Inglaterra, Knox chegou a ser capelão real de Eduardo VI e, nessa posição, influenciou na redação do *Book of Common Prayer*²⁴ inglês. Foi na Inglaterra que ele conheceu sua primeira mulher, Marjorie Bowes. Manteve-se na Inglaterra até 1554, quando Maria Tudor restaurou oficialmente a comunhão da Igreja inglesa com a Igreja universal sob o Papa. Então, Knox viajou a Genebra, com o intuito de consultar Calvino sobre como resistir ao poder de Maria Tudor, na Inglaterra, e de Maria de Guise, na Escócia. Em Genebra, Knox pôde observar a estrutura eclesial adotada lá, que seria reproduzida mais tarde na Escócia. Ainda no continente, Knox esteve em Frankfurt, onde chefiou por um tempo uma comunidade de refugiados ingleses – calvinistas que deixaram a Inglaterra após a ascensão ao trono da rainha Maria Tudor –, mas após desentendimentos teológicos teve que abrir mão do posto, e, depois de mais um tempo em Genebra, voltou para a Escócia, onde vivia sua mulher.

Na Escócia, John Knox encontrou um ambiente favorável à sua pregação e conseguiu reunir muitos apoiadores entre os nobres. A postura anticatólica tornava-se cada vez mais violenta: Knox considerava os católicos como verdadeiros idólatras, e afirmava publicamente que o extermínio dos idólatras era dever dos príncipes e magistrados cristãos, ou mesmo de qualquer crente individual, se os chefes políticos falhassem em sua missão. Entre 1555 e 1556, contudo, Knox dirigiu uma carta à rainha regente, em que pedia apenas tolerância para com seus correligionários, embora a ameaçasse com penas eternas se não seguisse seus conselhos. Sem resposta e considerando que não era ainda o momento do triunfo da religião reformada no reino escocês, Knox voltou para Genebra no verão de 1556, enviando previamente sua mulher e a mãe dela. Apenas partira, foi citado a comparecer diante de juízes em Edimburgo, que, em sua ausência, o condenaram e queimaram em efígie publicamente.

Em Genebra, John Knox absorveu ainda mais a teologia calvinista – em que o Antigo Testamento tem valor igual ao Novo, o que ajuda a explicar o rigor disciplinar, a noção de “povo eleito” e a implacabilidade contra os inimigos própria da religião reformada – e a prática do governo civil-religioso autocrático exercido por Calvino. Em 1558, Knox publicou – direcionada contra as rainhas Maria Tudor, Catarina de Médici, a regente Maria de Guise e a jovem Maria Stuart – uma obra “contra o monstruoso governo das

²⁴ O *Book of Common Prayer* é o nome do principal livro litúrgico da Igreja oficial da Inglaterra. Há diversas edições, com conteúdo distinto, desse livro, variando conforme as opiniões teológicas dominantes em cada momento da história do anglicanismo. A edição original foi publicada sob Eduardo VI em 1549.

mulheres”, *The first blast of the trumpet against the monstrous regiment of women*, em que atacava como antinatural que uma mulher governasse homens. Por causa desse livro, Elizabeth Tudor mais tarde manteve-se hostil a Knox, mesmo quando os dois estavam interessados na consolidação do protestantismo na Inglaterra. Em 1559, morta Maria Tudor e muito doente Maria de Guise, Knox, certificado por cartas de protestantes escoceses de que era seguro voltar à Escócia, decidiu fazê-lo, mas teve negado seu pedido de salvo-conduto para passar pela Inglaterra, o que obrigou-o a contornar a costa inglesa pelo mar, chegando a Leith no dia dois de maio.

* * *

Embora Maria de Guise houvesse denunciado e proibido os ataques aos sacerdotes, a perturbação dos ofícios litúrgicos e a invasão de igrejas por pregadores leigos, a regente encontrava-se próxima da morte e já não tinha forças ou intenção de deter o partido protestante na Escócia, que cada dia se tornava mais poderoso e influente. Os lordes da Congregação e seus aderentes, preparados havia muito para a ação militar contra a regente, saquearam e tomaram Perth – a única cidade fortificada da Escócia – e declararam aberta oposição à regente, a qual respondeu com tropas enviadas de Stirling. Uma conversação entre as duas partes resultou num acordo pelo qual os protestantes teriam completa liberdade de culto e não haveria tropas francesas aquarteladas na cidade. Em St. Andrews, após sermão de Knox, uma multidão saqueou a cidade. Igrejas e mosteiros foram invadidos, pilhados e destruídos, como ocorreu com as abadias de Scone e Lindores. A Congregação chegou a conquistar Stirling e partiu em direção a Edimburgo, onde as cenas de pilhagem e devastação de igrejas e mosteiros repetiram-se. A rainha retirou-se para Dunbar, e, no dia sete de julho de 1559, John Knox foi escolhido ministro dos protestantes da capital. No dia vinte e dois de julho, a rainha e seus conselheiros decidiram marchar em direção a Edimburgo, e foi feito um acordo, violado pela Congregação, que exigia, entre outras cláusulas, que a capital deveria decidir sua própria religião; a consulta não foi feita pelos lordes da Congregação, que mantiveram seus pregadores nas igrejas e retiraram-se para Stirling. Conscientes de que a Inglaterra se tornara novamente um reino protestante, sob Elizabeth, eles pediram ajuda à rainha e enviaram Knox para tratar com Robert Cecil²⁵, principal conselheiro da rainha, com quem o pregador escocês havia se correspondido previamente para, de alguma maneira, desculpar-se com a rainha por seu panfleto contra o governo feminino.

²⁵ Robert Cecil (1563?-1612), cavaleiro da Jarreteira e membro do Conselho privado, era filho de William Cecil (1521-1598) e foi, sob Jaime I, secretário de Estado entre 1590 e 1612. Recebeu de Jaime I os títulos de barão Cecil, visconde Cranborne e conde de Salisbury.

Diante da aparente simpatia inglesa à causa dos protestantes escoceses e do apoio manifesto do conde de Arran – que havia passado para o lado da oposição à regente –, os lordes da Congregação decidiram depor Maria de Guise em nome do jovem casal real, Maria e Francisco, ainda que não houvesse, pelo menos por parte de John Knox, verdadeira intenção de que Maria chegasse ocupar seu trono escocês. A rainha regente estava em Leith, que foi fortemente guarnecida por tropas francesas, e os ataques militares contra a cidade não obtiveram sucesso. Knox pediu repetidas vezes apoio inglês em dinheiro, tropas e comandantes militares; em resposta, enviou Elizabeth uma frota que, reforçando o poder da Congregação e possibilitando novos ataques a Leith, fez Maria de Guise refugiar-se no castelo de Edimburgo, no qual faleceu no dia dez de junho de 1560. Um mês depois de sua morte, foi assinado por representantes da França e da Inglaterra o Tratado de Edimburgo, que determinava a evacuação do território escocês por parte das tropas tanto francesas quanto inglesas. A Congregação organizou, para comemorar a vitória, um serviço de ação de graças na igreja de Santo Egídio – uma das primeiras em Edimburgo da qual foram expulsos os sacerdotes –, durante o qual Knox dirigiu-se aos lordes protestantes indicando o caminho para assegurar o triunfo da causa, que era de fato iminente.

Em agosto de 1560, reunido o Parlamento, John Knox pôs-se a pregar sobre a necessidade de estabelecer o protestantismo na Escócia. Ainda que a assembleia não contasse com um representante da coroa – o que, oficialmente, impedia que fosse propriamente uma sessão do Parlamento –, fez publicar novas leis sobre matéria religiosa, entre as quais o *Papal Jurisdiction Act*²⁶ declarou abolida a jurisdição espiritual do Papa na Escócia, uma vez que isto seria “prejudicial à autoridade do soberano”²⁷. Por sua vez, o *Confession of Faith Ratification Act*²⁸ decretou, como religião oficial da Igreja da Escócia, o calvinismo organizado em base presbiteriana. A celebração da Missa foi proibida e fixaram-se penas para os infratores. Os bens da Igreja católica foram confiscados e teve início perseguição aos católicos, que passaram a se concentrar no norte do país. Uma minoria de *lairds*²⁹ permaneceu católica, e houve quem voltasse do calvinismo para a religião católica, entre os quais John Ogilvie, que, nascido em 1569 em uma família que aderiu ao calvinismo,

²⁶ O *Papal Jurisdiction Act* é uma legislação passada no parlamento da Escócia. Declara que o papa não tem jurisdição espiritual sobre a Escócia e proíbe qualquer escocês a portar qualquer título ou direito a ser exercido na Escócia concedido pelo papa.

²⁷ Disponível em <<http://www.legislation.gov.uk/aosp/1560/2/contents>>, acessado em 12 de dezembro de 2011.

²⁸ Tal legislação expõe os pontos de doutrina calvinistas declarados oficiais na Escócia. Pode ser integralmente consultado no endereço <<http://www.legislation.gov.uk/aosp/1560/1/contents>>, acessado em 12 de dezembro de 2011.

²⁹ *Laird* é um título hereditário na Escócia, geralmente utilizado por proprietários de terra. Um *laird* não é membro do pariatto e, quanto à precedência protocolar, situa-se imediatamente abaixo do *baron* – ou barão – e acima do *esquire* – ou escudeiro.

durante os anos de estudo na Europa converteu-se e entrou para a Companhia de Jesus, ordenando-se sacerdote; voltou à Escócia, apesar da proibição de pregação católica, para atuar clandestinamente e, em 1615, descoberto em Glasgow, foi condenado à morte por enforcamento.

A assembleia formalmente pediu a ratificação de suas decisões ao jovem casal real, mas Knox sustentou que a ratificação não era necessária, mas apenas uma cerimônia vã. A Igreja católica na Escócia foi declarada extinta e seus foram bens confiscados; foi proclamado o presbiterianismo como religião oficial da Escócia, sendo a Igreja da Escócia – comumente chamada *Kirk* – sua representante. Terminada a sessão do Parlamento em vinte e cinco de agosto de 1560, ficou decidido que Knox e outros três ministros presbiterianos redigiriam o plano de governo da *Kirk* – conhecido como *First Book of Discipline* –, o qual, no dia vinte de dezembro de 1560, foi apresentado à primeira reunião da recém-constituída assembleia-geral da *Kirk*, da qual Knox obviamente era o membro mais proeminente.

* * *

Em dezembro de 1560, morreu na França o rei Francisco II. Nesse momento, lordes católicos enviaram o bispo John Leslie³⁰ ao continente para

³⁰ John Leslie (1527-1596), cujo sobrenome às vezes é apresentado como Lesley, foi bispo da Igreja católica e tornou-se conhecido por seu trabalho como historiador. Educou-se na Universidade de Aberdeen, na Escócia, e também estudou em Poitiers, em Toulouse e em Paris, onde recebeu o título de doutor em direito, em 1553. Foi ordenado sacerdote em 1558. Durante a primeira agitação presbiteriana na Escócia, mostrou-se defensor decidido da religião católica; em 1561, esteve numa disputa teológica pública em Edimburgo em que John Knox (1514-1572) e John Willock (1515-1585) foram seus oponentes. No mesmo ano, foi um comissários a buscar a jovem Maria Stuart que retornava à Escócia para assumir seu trono; em seguida, foi nomeado conselheiro privado. Em 1565, foi feito bispo de Ross, e a eleição para a sé foi confirmada no ano seguinte. O bispo foi um dos amigos mais próximos da rainha Maria. Quando esteve presa na Inglaterra, continuou a defendê-la. John Lesley foi um dos comissários na conferência de York, em 1568, que julgara Maria. Apresentou-se como seu embaixador à corte de Elizabeth para reclamar da injustiça infligida à rainha dos escoceses, mas, ao perceber que não lhe ouviam, passou a trabalhar em planos para livrá-la. Foi preso na Torre de Londres por sua participação em conspirações, e durante o tempo de encarceramento reuniu materiais para escrever uma história da Escócia que o tornou célebre. Em 1571, apresentou o último tomo de sua obra, escrita em escocês, a Maria, para consolá-la em seu cativeiro. Também preparou considerações espirituais para a reflexão da rainha presa, a qual dedicou-se a traduzir uma parte para o francês. Em 1573, o bispo foi liberado da prisão, mas banido da Inglaterra. Durante anos no continente, tentou conseguir o apoio de príncipes em favor da rainha dos escoceses. Em Roma, em outubro de 1578, publicou em latim sua história da Escócia, *De Origine, Moribus et Rebus Gestis Scotorum*. No ano seguinte, foi feito bispo auxiliar e vigário-geral do arcebispado de Rouen, na França. Ao visitar a diocese, porém, foi preso e obrigado a pagar três mil pistoles, para não ser entregue a Elizabeth. Após esse episódio, pôde viver sem perseguições até o fim do reinado de Henrique III (1551-1589), mas com a coroação do protestante Henrique IV, as tensões recomeçaram. Em 1590, foi aprisionado e

convidar a rainha viúva a retornar à Escócia pelo norte do país, região em que se estabeleceu a resistência católica. A rainha, contudo, preferiu confiar em seu meio-irmão James Stewart³¹, filho bastardo de Jaime V e chefe protestante, que seria feito conde de Moray, o qual prometeu que a Maria seria permitido assistir privadamente à missa, celebrada especialmente para ela. A atitude de Maria suscitou um ambiente de decepção entre os lordes católicos, sensação agravada quando Maria confirmou o conde de Moray como seu principal conselheiro e, recusando afrontar a ordem de coisas instalada desde a morte da regente sua mãe, aceitou mais tarde um conselho privado formado majoritariamente por lordes presbiterianos.

Desembarcada em Leith, em dezenove de agosto de 1561, no domingo seguinte a rainha ouviu missa em sua capela na abadia de Holyrood³², mas após o ofício não se viu a tolerância prometida; houve protestos e motins, e Knox publicamente dirigiu invectivas contra a Igreja católica e contra a rainha. Tornou-se candente a questão do privilégio da rainha ter missa privada, quando a missa estava totalmente proibida para todos os escoceses; nessa questão, de um lado, pôs-se o conde de Moray, o conde de Morton³³ e outros lordes protestantes; o outro lado era chefiado por Knox, acompanhado da maioria dos pregadores. Houve quem sugerisse pedir a decisão a Calvino, mas por fim a visão dos lordes foi aceita, e a rainha pôde manter sua assistência à missa de forma privada – o que alimentou ainda mais a verve de Knox contra a soberana.

A partir da questão da missa privada da rainha, a diferença entre a postura dos lordes da Congregação e a de John Knox aprofundou-se sensivelmente. Quando Knox – cuja primeira mulher falecera em 1560 – tomou como esposa, em 1564, uma menina de dezesseis anos, Margaret Stewart, sua atitude foi criticada. Os lordes da Congregação, no verão seguinte, condenaram publicamente seu discurso violento e a atitude para com a rainha, mas Knox replicou com mais imprecações contra Maria Stuart, chamando-a Jezabel, como já era costumeiro em seus sermões. As referências recorrentes ao Antigo Testamento nos discursos de Knox – em que Jezabel é Maria Stuart, os sacerdotes de Baal são os padres católicos, os idólatras são os fiéis católicos e o povo eleito são os presbiterianos – é típica da ênfase

teve que pagar por sua liberdade o mesmo valor da outra vez. Em 1593, foi nomeado bispo de Coutances, na Normandia, vindo a falecer em trinta e um de maio de 1596 em um mosteiro agostiniano perto de Bruxelas.

³¹ James Stewart (c. 1531-1570) foi, durante o reinado de Jaime VI, regente da Escócia de 1567 até seu assassinato em 1570.

³² A abadia de Holyrood foi fundada em 1128, pelo rei Davi I da Escócia. Durante o século XV, a hospedaria da abadia tornou-se residência real. Antes do triunfo do presbiterianismo, uma comunidade de cônegos regulares agostinianos cuidava do local.

³³ James Douglas (c. 1516-1581) era conde de Morton por *jure uxoris*. Durante o reinado de Jaime VI, foi o último dos regentes, antes do rei assumir o governo direto. Durante seu governo como regente, introduziu na Escócia um instrumento de execução similar à guilhotina; foi por esse instrumento, chamado *maiden*, que o conde perdeu a vida.

veterotestamentária da teologia calvinista, que – à diferença dos católicos, e mesmo dos luteranos – chega a considera o Antigo Testamento em pé de igualdade com o Novo. É um traço frequentemente presente nas culturas marcadas pelo calvinismo a noção de constituírem um povo eleito, predestinado por Deus, e considerarem as outras nações como povos votados à condenação eterna ou, pelo menos, de categoria inferior.

As admoestações dos lordes por moderação, cada vez mais frequentes, não surtiram efeito. Mesmo quando confrontado publicamente com as opiniões de Calvino, Lutero, Melanchthon³⁴ e outros protestantes – que geralmente defendiam o respeito e a obediência ao poder civil –, Knox manteve seus ataques à rainha. Cerca de um mês após o casamento de Maria com lorde Darnley, Knox atacou a rainha e seu consorte, durante um sermão, na presença dos dois. Após esse episódio, foi formalmente proibido de pregar, embora tenha desrespeitado a proibição.

Desde sua volta, a rainha havia transigido com a dominação protestante, uma vez que, além de não contar com nenhum conselheiro ou protetor capaz de auxiliá-la naquele momento difícil, o poderio militar dos lordes da Congregação era praticamente invencível desde que os franceses aceitaram retirar suas tropas do território escocês. Por outro lado, uma política de composição com o poder instalado podia ser benéfica para as relações com a Inglaterra e para o interesse da rainha na sucessão daquele país. As relações com Elizabeth, contudo, não avançaram; diversas tentativas de arranjar um encontro entre as duas não lograram êxito. Diante desse impasse, Maria enviou seu secretário real, William Maithland of Lethington, como embaixador a Londres, para verificar as possibilidades de sua rainha suceder a Elizabeth no trono inglês; mas o novo embaixador não foi recebido com a deferência desejada. Em 1551, foram feitas negociações para um encontro na Inglaterra, mas, em meados de 1552, Elizabeth cancelou o evento. No ano seguinte, a soberana inglesa propôs, sem sucesso, que Maria se casasse com Robert Dudley³⁵, I conde de Leicester, que era seu favorito e em quem confiava, inglês e protestante.

* * *

³⁴ Philipp Melanchthon (1497-1560) foi colaborador de Martinho Lutero. Redigiu a confissão de Augsburg (1530) e, morto Lutero, tornou-se o principal líder do luteranismo. Refere Quentin Skinner que foi “sobrinho-neto de Reuchlin e o intelectual mais destacado entre os primeiros discípulos de Lutero. Melanchthon começou demonstrando um talento precoce e notável das humanidades. [...] Em 1518, viu-se nomeado para a cátedra de língua e literatura gregas, em Wittenberg; foi nessa cidade, sob a influência de Lutero, que abandonou a Igreja católica. Num curtíssimo espaço de tempo, Melanchthon alcançou a posição de mais autorizado expositor do luteranismo, superado apenas pelo próprio Lutero; e em 1521, ao publicar seus *Tópicos comuns de teologia*, proporcionava a primeira exposição sistemática da fé luterana”. SKINNER, *As fundações...*, p 313.

³⁵ Robert Dudley (c. 1532-1588), I conde de Leicester, cavaleiro da Jarreteira, chegou a ser amigo muito próximo de Elizabeth desde sua ascensão ao trono até sua morte.

O escolhido por Maria Stuart para novo marido³⁶ foi Henry Stuart, lorde Darnley, seu primo, neto de Margarida Tudor, católico, com quem casou-se – sem esperar a dispensa papal, requerida por os nubentes serem primos-irmãos – em vinte e nove de julho de 1565, no palácio de Holyrood. Apesar de membro da casa de Stuart – ou Steward –, Henry não descendia por varonia de reis da Escócia, mas de seus ascendentes imediatos, os grão-senescais – *high stewards* – da Escócia. Como Maria, lorde Darnley era pretendente ao trono inglês, na qualidade de descendente de Henrique VII; por isso, Elizabeth Tudor viu como uma ameaça grave este enlace, pois o primogênito do matrimônio teria grande legitimidade para sucedê-la – o que, de fato, acabou acontecendo. Além disso, lorde Darnley era súdito inglês, e Elizabeth sentiu-se ofendida por não lhe terem consultado sobre o casamento de seu súdito com a rainha de outro país.

O fato de a rainha contrair matrimônio com um lorde católico fez estalar rebelião declarada dos lordes da Congregação, que até então procuravam moderar os ímpetos de John Knox. O conde de Moray, meio-irmão da rainha, tomou a frente do movimento que buscava depô-la. Em vinte e seis de agosto de 1565, Maria refugiou-se no castelo de Stirling para confrontar os lordes protestantes, que afinal foram vencidos e exilados após a decisiva ação militar que ficou conhecida como incursão de Chaseabout. A nova situação após essa vitória militar – Maria casada com um lorde católico, e os lordes protestantes exilados – representava para os Knox e seus correligionários uma desilusão, pois a possibilidade de que a rainha se convertesse ao protestantismo tornava-se muito mais improvável. Além disso, tomou a rainha como secretário o italiano David Rizzio³⁷, católico, que se tornou seu principal conselheiro.

O rei-consorte, entretanto, alimentava ambições de ser reconhecido como *rei dos escoceses* – título análogo ao da rainha³⁸, que só lhe quis conceder o tratamento de *rei-consorte* – e cresciam dia a dia seus ciúmes da amizade entre a rainha e seu secretário italiano, o que o levou a entrar, em março de 1566, em uma conspiração contra a rainha organizada por lordes vencidos na incursão de Chaseabout. Em nove de março, um grupo de nobres, entre os quais lorde Darnley, assassinou o secretário Rizzio diante da rainha, grávida, enquanto os dois conversavam no palácio de Holyrood. Logo depois, porém, aparentemente arrependido, lorde Darnley mudou de posição novamente e

³⁶ Para os eventos que marcam a relações de Maria Stuart com Lorde Darnley, bem como com seus demais consortes e pretendentes, cf. HUME, Martin. *The love affairs of Mary Queen of Scots: a political history*. London: Everleigh Nash, 1903.

³⁷ David Rizzio (c. 1533-1566), ou Davide Riccio ou Davide Rizzo, nasceu perto de Turim, na Itália, descendente de uma família nobilitada do Piemonte.

³⁸ “Rei dos escoceses” – *rex scottorum*, em latim – foi o título utilizado pelos soberanos da Escócia até 1707. No mundo de língua inglesa, Maria Stuart é conhecida como *Mary, Queen of Scots*, isto é, “Maria, rainha dos escoceses”.

traiu os lordes – que por um momento chegaram a manter cativa a rainha –, mas isso não foi suficiente para recuperar a confiança de Maria em seu marido, com quem havia se casado visivelmente apaixonada.

O filho de Maria e lorde Darnley – o qual havia se afastado, doente, para Glasgow – nasceu em 19 de junho de 1566, no castelo de Edimburgo³⁹, e recebeu o nome de Jaime. Em seguida, a rainha convidou o pai da criança a residir perto de Edimburgo, numa casa da antiga abadia de Kirk'o'field. Nesse lugar, o rapaz – o rei-consorte contava então vinte e um anos – morreu em dez de fevereiro de 1567, aparentemente vítima de estrangulamento, seguido da explosão da casa que habitava, perpetrados por lordes calvinistas que buscavam exatamente seu aniquilamento; o principal acusado foi James Hepburn⁴⁰, IV conde de Bothwell, que, durante toda a crise que sofria a rainha, se tinha revelado um apoio seguro para ela. O julgamento, realizado três meses depois pelos pares do conde no Parlamento escocês absolveu o réu, que, passados alguns dias, raptou a rainha – a qual, durante esse período, havia perdido qualquer apoio popular – e levou-a para o castelo de Dunbar⁴¹, onde a forçou a consentir em casar com ele. Sendo o conde de Bothwell recém-casado com Jean Gordon⁴², conseguiu a declaração de nulidade do matrimônio e, no dia quinze de maio de 1567, recebeu a rainha como esposa, no palácio de Holyrood, segundo o rito protestante e o católico. O envolvimento da rainha na morte de lorde Darnley permanece até hoje um tema em debate.

* * *

A indignação dos escoceses só aumentou após o novo matrimônio da rainha, e uma sublevação geral resultou em que, um mês depois do casamento, a rainha e o duque de Orkney – título concedido a seu novo consorte – caíssem diante dos lordes protestantes, em quinze de junho de 1567, na batalha de Carberry Hill⁴³, que não foi propriamente uma batalha, uma vez que, após alguns duelos, a rainha consentiu em entregar-se aos lordes, desde

³⁹ O castelo de Edimburgo foi construído como uma fortaleza, dominando a cidade de Edimburgo, no topo de uma rocha vulcânica. É um castelo real desde o tempo de David I, no século XII. Continuou sendo uma residência real durante o período da união das coroas.

⁴⁰ James Hepburn (1534-1578), IV conde de Bothwell e I duque de Orkney, foi, herança, lorde grão-almirante da Escócia. Como terceiro marido de Maria I, ele foi o último consorte real da Escócia a não ser simultaneamente consorte real da Inglaterra.

⁴¹ O castelo de Dunbar situa-se perto do porto da cidade de mesmo nome.

⁴² Jean Gordon (1546-1629), depois do casamento nulo com o conde de Bothwell, casou-se duas vezes. Por seu casamento seguido a Bothwell, passou a portar o título de condessa de Suntherland. Era uma nobre católica e filha de um dos mais ricos proprietários de terra da Escócia, George Gordon (1514-1562), IV conde de Huntly.

⁴³ A batalha de Carberry Hill deu-se em quinze de junho de 1567, perto de Musselburgh, a algumas milhas de Edimburgo. Durou das onze da manhã até as cinco da tarde.

que permitissem a liberação do duque de Orkney. Os lordes, de fato, respeitaram a condição de libertar o consorte da rainha, mas ela mesma teve que sofrer um tratamento que, por sua condição de rainha, não esperava: foi aprisionada no castelo de Lochleven⁴⁴ e, depois de sofrer aborto espontâneo de gêmeos, forçaram-na a abdicar em seu filho Jaime – que tinha então um ano de idade – e a aceitar o conde de Moray como regente em nome de seu filho. No dia vinte e cinco de julho de 1567, com efeito, foi coroado o rei Jaime VI da Escócia.

Maria Stuart, presa em Lochleven, tinha esperanças de que sua prima Elizabeth pudesse vir em seu auxílio. Durante esse período de encarceramento, enviou-lhe a seguinte carta à sua “boa irmã”:

A duração do meu exaustivo encarceramento e as ofensas que recebi daqueles a quem concedi tantos benefícios são menos fastidiosos para mim do que não estar em meu poder manter-vos a par das realidades de minhas calamidades e das injúrias que me foram feitas de várias maneiras. Por favor, lembrai-vos de que me haveis dito diversas vezes ‘que recebendo esse anel que vós me destes, vós me assistiríeis em qualquer momento tormentoso’. Vós sabeis que lorde James⁴⁵ confiscou tudo que eu tenho. Melville⁴⁶, a quem enviei várias vezes secretamente em busca deste anel, como minha joia mais preciosa, diz que ele não me deixará tê-la. Por isso, eu imploro que tenhais compaixão de vossa boa irmã e prima, e que acrediteis que não tendes uma parenta mais afetuosa no mundo. Vós deveríeis também considerar a importância do exemplo praticado contra mim.

Eu suplico que sejais cuidadosa em que ninguém saiba que vos tenho escrito, porque isso poderia causar-me ser pior tratada do que sou agora. Eles jactam-se de que seus amigos em vossa corte informar-lhes-ão de tudo que vós dizeis e fazeis. Deus guarde-vos de infortúnios, e conceda-me paciência e Sua graça para que um dia eu possa referir minhas calúnias para vós, quando eu contar-vos-ei mais do que me atrevo a escrever, o que poderá resultar em não pouco serviço para vós⁴⁷.

Apesar de não receber qualquer resposta de Elizabeth, muito menos uma promessa de auxílio, Maria Stuart resolveu fugir da prisão no dia dois de maio de 1568 e, reunindo um exército de cerca de seis mil homens, anulou a ata de abdicção e ofereceu batalha ao regente no dia treze de maio, em

⁴⁴ O castelo de Lochleven, atualmente em ruínas, localiza-se numa ilha no meio do lago, *loch*, Leven, na região central da Escócia.

⁴⁵ Refere-se a James Stewart, conde de Moray, que usava também o título de lorde James.

⁴⁶ Robert Melville of Murdocairnie, que fora secretário de Maria e, no momento de sua execução na Inglaterra, era embaixador da Escócia naquele país e, por sua posição contrária à sentença, foi ameaçado com a prisão, apesar de suas garantias diplomáticas.

⁴⁷ Cf. STRICKLAND, Agnes. *Lives of the queens of Scotland and English princesses connected with the regal succession of Great Britain*. Vol. VI. Edinburgh/London: W. Blackwood and sons, 1857, p. 68.

Langside⁴⁸. Derrotada, Maria Stuart enviou nova carta à “alta e poderosa princesa, Elizabeth”, datada de Drundrennan⁴⁹, quinze de maio de 1568:

Vós não sois ignorante, minha mais querida irmã, de grande parte de meus infortúnios, mas estes que me induzem a vos escrever no momento aconteceram tão recentemente para que tenham chegado a vossos ouvidos. Eu preciso portanto informar-vos, tão brevemente quanto possa, que alguns dos meus súditos em que mais confiei, e que subiram para o maior patamar de honra, levantaram armas contra mim, e trataram-me com a maior indignidade. Por meios inesperados, o Todo-Poderoso Dispensador de todas as coisas livrou-me da cruel prisão que eu sofria.

Mas desde então eu perdi uma batalha, na qual a maior parte daqueles que preservaram sua integridade leal caíram diante de meus olhos. Sou agora forçada a deixar meu reino, e levada por tais caminhos que, depois de Deus, não tenho outra esperança além de vossa bondade. Suplico-vos, portanto, minha queridíssima irmã, que eu possa ser conduzida a vossa presença, para que eu possa inteirar-vos de todas os meus assuntos.

Entrementes, eu rogo a Deus que vos conceda todas as bênçãos do céu, e para mim paciência e consolo, o qual eu espero e peço obter por meio de vós.

Para lembrar-vos das razões que tenho para depender da Inglaterra, eu envio a sua rainha esse sinal, a joia de sua prometida amizade e assistência.⁵⁰

Sem dar tempo para resposta, Maria Stuart fugiu para a Inglaterra. Esperava encontrar lá segurança e auxílio de sua prima, mas o que a desconfiança de Elizabeth lhe reservou foi, primeiro, desamparo e, mais tarde, a morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETTO, Vicente de Paulo (org.). *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã. Desde as origens até Nicolau de Cusa*. Tradução e nota introdutória de Raimundo Vier, OFM. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CATURELLI, Albert. *Examen crítico del liberalismo como concepción del mundo*. Gladius: Buenos Aires, 2008.

⁴⁸ A batalha de Langside deu-se na vila de mesmo nome, ao sul de Glasgow. Houve cerca de trezentos mortos. Do lado da rainha, eram cerca de seis mil soldados; do lado do conde de Moray, eram cerca de quatro mil. Muitos lordes apoiavam o lado da rainha, apesar do conde de Moray contar, provavelmente, com a maioria da nobreza.

⁴⁹ A abadia de Dundrennan foi o local onde se refugiou Maria I, após a derrota na batalha de Langside, antes de partir para a Inglaterra.

⁵⁰ Cf. STRICKLAND, *Lives of the queens...*, Vol. VI, p. 96.

- COLLANTES, Justo (org.). *La fe de la Iglesia católica. Las ideas y los hombres en los documentos doctrinales del Magisterio*. 4ª edição, 3ª impressão. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2009.
- CRUZ CRUZ, Juan. *Filosofia da História*. Tradução de Fernando Marquezini. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2007.
- DANIEL-ROPS. *A Igreja da Renascença e da Reforma (I)*. São Paulo: Quadrante, 1996.
- _____. *A Igreja da Renascença e da Reforma (II)*. São Paulo: Quadrante, 1999.
- DAWSON, Christopher. *Dinâmicas da História do Mundo*. São Paulo: É Realizações, 2010.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELLIOTT, John H. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.
- _____. *La Europa dividida, 1559-1598*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1976.
- _____. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006.
- FIGGIS, John N. *El derecho divino de los reyes*. Y tres ensayos adicionales. Versión española de Edmundo O’Gorman. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1942.
- FLEMING, David Hay. *Mary Queen of Scots: from her birth to her flight into England*. A brief biography with critical notes, a few documents hitherto unpublished, and an itinerary. London: Hodder and Stoughton, 1897.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, 261-283.
- FRANCA, Leonel. *Noções de História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- FUNCK-BRENTANO, Frantz. *Lutero*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, 1943.
- GRIMM, Harold J. *The Reformation Era, 1500-1650. With a Revised and Expanded Bibliography*. New York: The Macmillan Company; London: Collier-Macmillan Limited, 1954.
- HÖPFL, Harro (org.). *Lutero e Calvino: Sobre a autoridade secular*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HERVADA, Javier. *O que é o Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HINTON, R. W. K. “Government and Liberty under James I”. *Cambridge Historical Journal*, Vol. 11, No. 1 (1953).
- HUME, Martin. *The love affairs of Mary Queen of Scots: a political history*. London: Everleigh Nash, 1903.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. *História dos Conceitos: Debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
- KIRK, Russell. *The Roots of American Order*. 4ª edição. Wilmington: ISI Books, 2003.
- MACHADO PAUPÉRIO, Arthur. *O direito político de resistência*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

- MANN, Stephanie A. *Supremacy and survival: how Catholics endured the English Reformation*. New York: Scepter Publishers, 2007.
- PAFFORD, John M. *The Critical Years: Relations Between Elizabeth and the Papacy, 1558-1572*. Midland: Anglican Heritage, 1984.
- POCOCK, J. G. A. *El momento maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Madrid: Tecnos, 2002.
- _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- RICHTER, Melvin. "Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichteliche Grundbegriffe*". *History and Theory* XXIX, n. 1, 1990.
- ROWSE, Alfred Leslie. *The England of Elizabeth: the structure of society*. London: Cardinal, 1973.
- RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e os direitos dos índios americanos: a evolução da legislação indígena espanhola no século XVI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- SÁENZ, Alfredo. *La Cristiandad y su cosmovisión*. Buenos Aires: Gladius, 2007.
- SARANYANA, Josep-Ignasi. *A filosofia medieval: das origens patrísticas à escolástica barroca*. Tradução de Fernando Salles. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência "Raimundo Lúlio", 2006.
- SKINNER, Quentin. *Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SIMON, Yves. *Filosofia do governo democrático*. Tradução de Edgar Godói da Mata-Machado. Rio de Janeiro: Agir, 1955.
- SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. *Dicionário de Política*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1995.
- STRAUSS, Leo; CROUSEY, Joseph (ed.). *History of Political Philosophy*. Third Edition. Chicago / London: The University of Chicago Press, 1987.
- STRICKLAND, Agnes. *Lives of the queens of Scotland and English princesses connected with the regal succession of Great Britain*. Vol. VI. Edinburgh/London: W. Blackwood and sons, 1857.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Corrientes del pensamiento histórico*. Pamplona: Eunsa, 1996.
- _____. (ed.). *Historia general de España y América*. Tomo X-2. La España de las reformas. Hasta el final del reinado de Carlos IV. Madrid: Rialp, 1981.
- VIGO, Rodolfo. *Visión crítica de la historia de la filosofía del derecho*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 1984.
- VILLEY, Michel. *Formação do Pensamento Jurídico Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VOEGELIN, Eric. *Science, Politics and Gnosticism*. With a New Introduction by Ellis Sandoz. Washington, D.C.: Regnery Publishing, 1997.
- ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2009.
- WEAVER, Richard M. *As ideias têm consequências*. Tradução de Guilherme Araújo Ferreira. São Paulo: É Realizações, 2012.

- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Edição de Antônio Flávio Pierucci. 10^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WIDOW, Juan Antonio. *El hombre, animal político*. Buenos Aires / Santander: Ediciones Nueva Hispanidad, 2007.